

FORMAÇÃO DOS/AS TRABALHADORES/AS: A EXPERIÊNCIA DA ETHCI/CUT

Rosane Maria Bertotti¹
Maria de Lourdes Tiemi Ide²
Aline M. Salami³
Rosana Miyashiro⁴

Introdução

A Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras desde sua fundação em 1983, considera a formação sindical como uma política estratégica para seu projeto político organizativo. Essa política contribuiu no processo de implantação da Central e na construção de uma concepção sindical ligada ao novo sindicalismo – classista, de massa, democrática, de base, e de liberdade e autonomia sindical. Nesses 41 anos de existência da Central, a Política Nacional de Formação (PNF) vem se consolidando como um dos instrumentos prioritários para a ação, reflexão e organização da classe trabalhadora. Nesse sentido, organizou-se o Plano Nacional de Formação, responsável por formular, gestar e executar os programas de formação sindical de toda a Rede de Formação. Esse Plano não é um referencial pronto e acabado, dialoga com os temas conjunturais, com a perspectiva histórica da classe trabalhadora e é orientado pelos eixos estruturantes e estratégicos aprovados em sua instância máxima de deliberação, que são os congressos nacionais.

A PNF-CUT tem suas origens na educação popular, isso explica o processo pedagógico da construção de sua proposta metodológica de formação. Como nos ensina Paulo Freire: “Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que nos tornamos parte”⁵. Assim, a pedagogia da luta inspirou jovens trabalhadores e trabalhadoras a construir uma Central combativa e, ao longo do tempo, a sistematizar seus conhecimentos e desenvolver uma política de formação que possui os seguintes princípios:

Classista e de massas: a formação da CUT é voltada para despertar a consciência de classe e a percepção da importância da unidade para a luta. Tem como meta atingir todos os ramos e setores da CUT, com o objetivo de

1 Secretária Nacional de Formação da CUT.

2 Assessora da Secretaria Nacional de Formação da CUT

3 Coordenação Pedagógica da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha CUT, de Florianópolis

4 Coordenação Pedagógica da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha CUT, de Florianópolis

5 FREIRE, P. Política e Educação: ensaios. 6 ed. São Paulo, Cortez Editora, 2001, p.79.

articular as dimensões do cotidiano do local de trabalho com as demandas da classe trabalhadora.

Democrática, plural e unitária: a formação deve estimular o debate entre as diversas correntes de opinião presentes no interior do movimento sindical cutista, criando condições para que as diferentes concepções aflorem, conheçam-se, confrontem-se e busquem, a partir dos princípios do projeto estratégico da Central, definir ações unificadas e que fortaleçam a identidade de classe.

Indelegável: a formação é uma política permanente da CUT, vinculada ao seu projeto político e organizativo. Sendo assim, a PNF se orienta nas resoluções aprovadas nas instâncias decisórias da CUT. A sua formulação, execução e sustentação financeira são de responsabilidade das entidades, fóruns e instâncias da Central.

Contra as discriminações: a formação deve ser um instrumento objetivo e subjetivo de luta por mudanças de comportamentos que reproduzam visões e práticas de exclusão e discriminação nas relações sociais, sejam elas relativas às questões de gênero, étnico-raciais, geracional ou em relação às pessoas com deficiência e às diversidades das orientações sexuais, ideológicas e religiosas. Deve, portanto, valorizar e incentivar a solidariedade, a integração social e a luta pela igualdade e equidade de direitos e o respeito a todos sem distinções.

Integralidade do ser humano: a integralidade do ser humano em suas múltiplas dimensões, política, cultural, histórica e social contrapõe-se à perspectiva alienante que transforma a classe trabalhadora em mercadoria e força de trabalho. A integralidade do sujeito trabalhador/a, na perspectiva da plena formação humana, tem valor estratégico para a humanização das relações sociais, permeadas pela solidariedade, ética e criticidade necessárias à ampliação das visões de mundo para uma *práxis* emancipadora. Trata-se da possibilidade de os trabalhadores e trabalhadoras reconhecerem-se como produtores da riqueza social e, portanto, como sujeitos históricos.

Unificada e descentralizada: a formação cutista é uma política unificada quanto a concepção, objetivos, prioridades e estratégias de implantação. A partir de uma gestão coletiva e nacionalmente articulada, é descentralizada quanto a sua elaboração e execução, considerando as especificidades de cada região, estados, ramos e Macrossetores organizados na CUT.

Dimensões política, ideológica, cultural e técnica: com o objetivo de qualificar os trabalhadores e trabalhadoras, a formação da CUT deve valorizar e buscar articular as dimensões política, ideológica e técnica do conhecimento. Assim, a formação cutista busca superar a separação histórica entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar, decorrentes da divisão social no capitalismo.

Processual e permanente: a formação não é vista como um momento estanque em que está pronta e acabada. É vista com um processo permanente

na relação entre prática – teoria e prática melhorada. É necessário considerar a formação de massas, de base e de dirigentes. Considerar a necessidade da formação da Rede.

Planejada e sistematizada: a formação cutista passa pelo processo de planejamento permanente através de seus espaços e sempre orientada a partir da estratégia política e organizativa da CUT. A partir da concepção de educação popular as diversas experiências da formação cutista são sistematizadas com o intuito de melhorar, aprender e comunicar essas práticas formativas, tanto para o público interno quanto para o externo à CUT.

Instrumento de reflexão crítica e de libertação: a formação tem como objetivo contribuir para que os trabalhadores e as trabalhadoras tenham uma visão crítica da realidade concreta, das relações sociais *de* e *na* produção e do mundo concreto em que estão inseridos para que se percebam como sujeitos da história, capazes de analisar a realidade, elaborar propostas e definir ações voltadas para a transformação social, agindo sempre de forma coletiva com convicção e consciência em seus propósitos.

Subjetividade da classe trabalhadora: a formação cutista considera a subjetividade como uma dimensão importante na luta da classe trabalhadora. Por isso, considera fundamental a utilização da mística como um alimento do esperar, da luta de homens e mulheres na construção de uma sociedade mais justa.

São esses os princípios que orientam e dão vida às ações formativas da Central Única dos Trabalhadores. Nosso Plano e Política Nacional de Formação toma-os como uma trilha por onde, ao mesmo tempo em que seguimos, podemos ir abrindo novos caminhos, percebendo as limitações, mas também as possibilidades que surgem em cada ação, programa e reflexão na formação sindical cutista.

Dessa forma, socializamos neste artigo a experiência construída pela Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha (ETHCI), da CUT, que vem atuando no campo da Educação Profissional desde 2003. Essa Escola foi fruto dos acúmulos das práticas educativas realizadas na década de 1990 e faz parte da Política e da Rede Nacional de Formação da Central.

As mudanças no mundo do trabalho e os impactos na formação do/a trabalhador/a

Muitos estudiosos do mundo do trabalho têm alertado sobre as profundas mudanças nos processos de trabalho na atualidade e as consequências nefastas para a classe trabalhadora em nível mundial. O processo de reestruturação produtiva na chamada 4ª Revolução Industrial coloca novos desafios

para a formação e organização dos trabalhadores dada a introdução das novas tecnologias que vêm permitindo a expansão de várias modalidades de trabalho.

Como alerta Antunes, temos uma realidade no mundo do trabalho cada vez mais permeada pela tecnologia informacional-digital que tem promovido:

uma maior individualização do trabalho; perda da sociabilidade que ocorre nos espaços laborativos; os prejuízos decorrentes da perda da solidariedade e de consciência que florescem no trabalho coletivo; maior dificuldade de organização sindical e nos locais de trabalho; risco de perda de direitos, o que inclui a substituição do vínculo formal, por tempo indeterminado e com garantias de direitos trabalhistas por outras formas de contratação (PJ, MEI, etc.); sem falar na demolição da separação entre tempo no trabalho e fora do trabalho, pois o espaço residencial passa a ser duplamente utilizado.⁶

Isto é, com as plataformas digitais, têm sido estimuladas a assimilação e “naturalização” pelas classes trabalhadoras de uma nova cultura do trabalho, mais fragmentada, focada no indivíduo em detrimento do coletivo, marcada pela instabilidade do trabalho e pela flexibilidade na aceitação de menos direitos (com extensas jornadas de trabalho, menor remuneração e sem benefícios), que dissimula e oculta os processos de exploração. Essa realidade vem possibilitando novas formas de precarização do trabalho, bem como a rejeição e/ou criminalização dos movimentos organizados dos/as trabalhadores/as, pois:

A ideologia dominante apresenta a digitalização do trabalho como uma simples questão técnica, numa perspectiva de “neutralidade técnica”, segundo a ideia de que o meio técnico domina o capital. Na verdade, porém, o capital se esconde atrás dos meios técnicos, para atribuir fatores “objetivos”, extrassociais - incorporados nos processos produtivos -, as novas formas de exploração do trabalho.⁷

Assim, a estratégia do capital é a captura ideológica das trabalhadoras e trabalhadores em favor das empresas a fim de conter possíveis movimentos de reação à precarização do trabalho na nova indústria de serviços que se expande em nível global, produzindo uma teia complexa de informalidade do

6 ANTUNES, R. Trabalho e (des)valor no capitalismo de plataforma: três teses sobre a nova era de desantropomorfização do trabalho, p.30. In ANTUNES, R. Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023.

7 ANTUNES, R., BASSO, P., PEROCCHI, F. O trabalho digital, seus significados e seus efeitos, no quadro do capitalismo pandêmico, p.45. In ANTUNES, R. Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023.

trabalho em suas cadeias produtivas.

As novas tecnologias digitais, cujo modelo de negócio se utiliza de algoritmos, possibilitam a manipulação de dados e metadados que submetem os/as trabalhadores/as a tarefas sem nenhuma transparência quanto aos mecanismos de gestão do trabalho, o que dificulta a reação por parte destes e, conseqüentemente, dilui seu poder de organização/reivindicação coletiva para mudanças em seu favor.

No curso desse processo, as relações sociais estão imersas em novas formas de interação através das Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs)/Redes Sociais, com a disseminação em escala planetária e num tempo extremamente veloz da circulação de informações, confronto de narrativas e produção de notícias falsas. Estabelece-se uma nova relação entre a dimensão econômica na esfera da produção e do consumo com o universo sociocultural simbólico com a saturação mediática e a informatização do cotidiano. Nesse cenário, a educação não passa incólume e vivenciamos uma mudança nas relações entre os sujeitos e o conhecimento.

Em sociedades profundamente marcadas por desigualdades sociais como a brasileira, temos diferentes formas de opressão (de classe, patriarcal, gênero, sexualidade e étnico-racial) que se entrelaçam aos processos complexos de exploração do trabalho e de objetificação dos seres humanos.

É importante destacar também que

as tecnologias da informação e comunicação tem o potencial de ser aplicadas em todos os setores e afetá-los rapidamente. Com o uso desse tipo de tecnologia, cada vez menos trabalho é necessário nos setores existentes, e embora o emprego dessas tecnologias dê origem a novas atividades, estas também usam as TICs e empregam pouca gente, impedindo que o contingente de trabalhadores expulsos de um setor seja absorvido pelos novos.⁸

Vale destacar que a eliminação e a criação de postos de trabalho com as tecnologias digitais não ocorrem na mesma velocidade e na mesma proporção. Por essa razão, dissemina-se o discurso do empreendedorismo individual para os trabalhadores “sobrantes”, de modo a encobrir a dupla degradação do trabalho, que envolve tanto o trabalho de tipo taylorista-fordista como o da empresa flexível, pois se *articulam* “tecnologias do século XXI (TICs) à condições de trabalho herdeiras do século XX”⁹.

Desde a década de 1990, no Brasil, o discurso sobre a necessidade de

8 FILGUEIRAS, V. A. É tudo novo de novo: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 51.

9 ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 80.

formação e (re) qualificação profissional dos/as trabalhadores/as vem sendo justificado pela introdução das novas tecnologias e a atualização permanente do/a trabalhador/a é a tônica diante das tais inovações, mas “a grande novidade na organização do trabalho introduzida pelas novas TIC é permitir que as empresas utilizem essas ferramentas como instrumental sofisticado de controle da forma de trabalho”¹⁰.

Se antes (década de 1990), para a formação do/a trabalhador/a de novo tipo eram requeridas competências como a flexibilidade e a polivalência, atualmente sob o mesmo argumento da necessidade de atualização frente às novas tecnologias digitais se prescrevem novas competências a serem adquiridas em consonância com o mercado de trabalho contemporâneo, principalmente as de cunho comportamental/cognitivo, para uma adaptação mais rápida dos/as trabalhadores/as aos ritmos da produtividade impostos pelas tecnologias digitais em todos os setores, visto que as “profissões que requerem habilidades cognitivas como empatia, criatividade, comunicação, trabalho em equipe e resolução de conflitos são as mais difíceis de serem automatizadas, independentemente da qualificação necessária para realizá-las”¹¹.

Sob o discurso de maior liberdade, criatividade e participação, as empresas buscam a adesão do/a trabalhador/a no comprometimento do trabalho, sem oferecer como contrapartida um ambiente de trabalho saudável, como maior estabilidade e garantia dos direitos trabalhistas.

Ao contrário do trabalho mais criativo e da maior liberdade prometidos pela microeletrônica e mais recentemente pelas “plataformas”, as novas tecnologias são largamente utilizadas pelas empresas para exercer maior controle e pressão sobre os empregados. Ademais, diferentemente do que tradicionalmente ocorria no modelo fordista/taylorista, em muitos setores, as empresas têm se apropriado da capacidade cognitiva dos empregados sem que isso implique maior poder ou autonomia para eles. Antunes chama bem a atenção para a estratégia do capital de *se beneficiar do saber dos trabalhadores*, e não apenas dos seus músculos.¹² (Grifos nossos).

Assim, sob o discurso hegemônico da necessidade de uma nova educação na era tecnológica cujos conteúdos são tratados sempre como “provisórios”, sob o argumento de que a educação tradicional não daria conta deste momento por ser “anacrônica e estática”, pois se articula, por exemplo, com profissões e condições estáveis dos empregos existentes no passado. Ou seja, a dinâmica da atual requer uma formação condizente com a necessidade de adaptação ao ritmo do processo de trabalho contemporâneo.

10 FILGUEIRAS, V. A. Op. cit., p. 103.

11 Ibidem, p. 53.

12 Ibidem, p. 82.

Todas essas mudanças em curso, desafiam o movimento sindical a identificar os novos fenômenos que emergem com a digitalização do trabalho para construir novas formas de organização e formação numa perspectiva crítica e emancipatória.

A formação dos/as trabalhadores/as: concepções em disputa

A nova realidade e cultura no mundo do trabalho tem impactos significativos na formação e visão de mundo da classe trabalhadora. Principalmente, no contexto pós-pandemia, cujos processos educativos têm sido substancialmente alterados com o uso crescente das tecnologias digitais: o tempo lento de uma formação integral e presencial vai cedendo lugar para uma formação rápida/aligeirada e virtual, focada no aprendizado individual e numa lógica operacional/instrumental.

Enfatiza-se um processo mais individualizado de formação, no qual as competências dos indivíduos são valorizadas em seus aspectos de saber-fazer, saber-agir, saber-pensar dentro de determinados contextos que suprimem o caráter conflitivo e contraditório do mundo do trabalho. Ou seja, a dimensão do conhecimento mais amplo, imprescindível numa perspectiva integral de educação, é tomada como obsoleta em função de sua não operacionalidade visível imediata.

Nessa mesma linha, o Relatório VI da OIT, após a pandemia de covid-19, indica que:

À medida que os empregos se tornam mais interdisciplinares, com elevado nível de competências e de informação e orientados para a inovação, os/as trabalhadores/as necessitarão de uma combinação de competências essenciais e competências técnicas especializadas para os/as ajudar a passar de uma profissão a outra e da economia informal para a economia formal.¹³

Sendo assim, preconiza que as competências não técnicas:

são relevantes para todos os empregos e que se aplicam ao trabalho em geral, como as competências sociais e emocionais, cognitivas e metacognitivas, digitais básicas e verdes. Aplicam-se a todos os tipos de atividades e profissões, qualquer que seja o nível de qualificação do emprego. Exemplos de competên-

13 OIT. Ajustar as competências e a aprendizagem ao longo da vida para o futuro do trabalho. Conferência Internacional do Trabalho, 109.ª Sessão, 2021. Disponível em: <https://www.poch.portugal2020.pt/pt-pt/Noticias/Paginas/noticia.aspx?nid=906>. Acesso em: 25 fev. 2025. p. 44.

cias essenciais incluem a colaboração e o trabalho em equipe, a negociação e a resolução de conflitos, a comunicação, a inteligência emocional, o pensamento criativo e inovador, o pensamento analítico e crítico, a resolução de problemas e a tomada de decisões, aprender a aprender, as competências de informação de base, o planejamento e a organização e a gestão de carreiras.¹⁴

Ou seja, são valorizadas as chamadas competências essenciais para o trabalho ou competências transversais centradas na dimensão comportamental, tendo em vista que as empresas necessitam da adesão e adaptação permanente dos/as trabalhadores/as. Notamos aqui um forte conteúdo ideológico que se expressa em termos carregados de “positividade” como o pensamento criativo, inovador, crítico e analítico, mas que ocultam velhos conceitos da teoria do capital humano. Tal discurso se coloca como neutro e apresenta-se como um ideal onde os/as trabalhadores/as devem assimilar os valores na ótica do capital como projeto de vida para além da empresa. Ao capturar as subjetividades dos/as trabalhadores/as, criam-se barreiras para a solidariedade e organização coletiva, pois a empresa torna-se um ente confiável e o sindicato um obstáculo.

Já as competências técnicas especializadas enfocam os conhecimentos mais específicos, cuja aplicação é requerida nas empresas de ponta com alta tecnologia (a exemplo da inteligência artificial, impressão 3D, entre outros na Indústria 4.0), isto é, tais atividades são altamente divulgadas como exemplos de empregos inovadores e de qualidade, seduzindo grande parte de trabalhadores/as, principalmente os/as mais jovens e com maior nível de escolaridade, reforçando as “necessidades” do futuro do trabalho. O que se omite é que esses postos de trabalho incorporam uma minoria de trabalhadores/as e que a realidade educacional e da oferta empregos em diversos países impedem o cumprimento dessa “promessa”.

Portanto, a panaceia das novas competências retoma o velho debate da relação direta entre formação e emprego sob o discurso de que a falta de mão de obra qualificada impede a inovação das empresas e o desenvolvimento econômico sustentável. O debate sobre as desigualdades sociais, as opções políticas neoliberais dos governos e os conflitos entre capital e trabalho são secundarizados ou mesmo ocultados.

Dessa forma, amplia-se o estímulo às capacidades psíquicas e disposições dos sujeitos para atuar acriticamente em determinada atividade, pois a principal expectativa é a execução de tarefas de maneira competente para o aumento da produtividade do trabalho e o engajamento aos valores da empresa. Daí, a ênfase na linguagem, no discurso conformador, individualista e meritocrático para adaptações rápidas às mudanças no ambiente de trabalho e também fora dele (presente no ideário de sucesso) em detrimento da crítica à

precarização das relações e condições de trabalho numa perspectiva coletiva.

A proposta educativa da CUT, desde a década de 1990, vem se contrapondo às competências, pois ao sermos submetidos à negação da integralidade nas várias dimensões de nossa vida, sob a lógica operacional potencializada pelas tecnologias digitais, sucumbimos ao apartamento entre o mundo real e o virtual. Isso aprofunda os processos de alienação e fetiche em torno das tecnologias e, somado à histórica separação entre teoria e prática, entre o pensar e o fazer, vem condicionando as novas formas de dominação e exploração contemporâneas.

Daí a importância da educação integral como possibilidade de ruptura dessa forma de reprodução social alienante, pois sob sua perspectiva se busca:

Superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política.¹⁵

Apesar de ter vivenciado um contexto pré-digital na maior parte de sua vida, Paulo Freire fez vários indicativos para uma práxis educativa emancipadora, incorporando os artefatos tecnológicos. Destaca ao longo de suas obras que no processo contraditório entre o real e o discurso dominante reside a possibilidade do “estar sendo” para o “vir a ser” para além da ideia fatalista da realidade dada em cada período histórico, naquilo que denomina de “inédito viável”¹⁶. Enfatiza que o problema não são as máquinas, mas o uso que fazemos delas, daí o falso dilema entre usar ou não tais artefatos. O fundamental é a intencionalidade e clareza do projeto de sociedade almejado e, por consequência, da educação que defendemos, da visão de mundo que se busca construir em contraponto à visão dominante.

Na práxis pedagógica dos sujeitos em ação na educação integral são indissociáveis as dimensões política, técnica e pedagógica. Aqui, coloca-se a questão de não reproduzirmos no ambiente virtual uma educação bancária, ou seja, uma formação em que os sujeitos recebem conteúdos de forma passiva. Devemos construir alternativas para utilização das tecnologias digitais enquanto apropriação e objetivação crítico-criativa no mundo do trabalho contemporâneo.-

15 CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade, p.85. In CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

16 FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Porto : Afrontamento, 1975. p. 110.

Para isso, é necessário que nos desafiemos a desenvolver um processo de apropriação de diversas ferramentas digitais numa perspectiva não-instrumental e conectada às premissas da educação integral e popular. A partir das realidades e saberes dos sujeitos, é possível construir um processo de fluência digital para que, ao passo em que estes sujeitos se apropriam das TICs, possam ampliar os conhecimentos técnicos integrados ao debate crítico sobre as transformações no mundo do trabalho e na sociedade.

Uma educação profissional que tenha a perspectiva da plena formação humana não pode se restringir ao mero atendimento às exigências do mercado de trabalho e às demandas decorrentes das mudanças tecnológicas, dissociadas das condições objetivas em que vive a classe trabalhadora em determinado contexto, território e tempo histórico. A utopia de uma formação onmilateral (Gramsci) e politécnica (Saviani) conforma a possibilidade de os trabalhadores se reconhecerem como produtores da riqueza social, sujeitos históricos portadores da transformação social, pois

(...) os processos sociais de formação humana passaram a se configurar pela relação dialética entre a subsunção do homem ao capital e a luta contra essa mesma subsunção. Isso quer dizer que sob o modo de produção capitalista estão em jogo tanto as forças subjetivas do indivíduo – potencialmente capazes de produzir sua própria existência – quanto às forças objetivas estranhas a ele, forças essas determinadas pelo movimento constante de valorização do capital, que promove a separação entre o indivíduo e o produto de seu trabalho. De forma simples, o fundamento dessa dialética é o seguinte: o homem se *forma* para ele ou para o capital. Enquanto se *forma* para o capital, sua subjetividade é pelo capital apropriada e ele não se reconhece como sujeito.¹⁷

Por isso, torna-se tão importante disputarmos a formação dos/as trabalhadores/as como contraponto ao conformismo e adaptação ao mercado preconizados nas competências, cujas armadilhas residem no discurso da suposta formação crítica e criativa e centrada no ser humano. Por isso, mais do que nunca, precisamos retomar os princípios da educação integral e popular com o legado de Paulo Freire, principalmente em relação à não neutralidade da educação e à explicitação de suas intencionalidades, ou seja, a serviço de quem, de que e para que estão voltadas a proposta de competências e a proposta de educação integral?

17 RAMOS, M. N. A educação dos trabalhadores e a utopia da plena formação humana. São Paulo: CUT, 2001. Texto produzido para a Secretaria Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores, tendo como base a obra da mesma autora: RAMOS, M. N. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

A formação profissional na ótica dos/as trabalhadores/as: a experiência da ETHCI- CUT

FORMAÇÃO DOS/AS
TRABALHADORES/AS: A
EXPERIÊNCIA DA ETHCI/
CUT

Nas últimas duas décadas, a CUT vem formulando uma visão crítica sobre a educação profissional em contraponto à lógica produtivista e neoliberal. Desde a década de 1990, foram realizadas experiências de educação profissional integrada à elevação de escolaridade dos/as trabalhadores/as jovens e adultos/as na perspectiva da educação integral que possibilitaram novas perspectivas de construção curricular e implementação de metodologias da educação popular na mediação entre os saberes e experiências dos/as trabalhadores/as com os conhecimentos historicamente acumulados.

É possível verificar que a proposta de educação integral no seio do movimento sindical, por exemplo, conformou um campo de resistência ao paradigma oficial e, ao mesmo tempo, constituiu-se numa referência político-pedagógica importante. Historicamente, o universo jovem e adulto, em suas múltiplas dimensões, faz parte do campo de ação política dos movimentos sociais por estarem inseridos na realidade concreta do cotidiano desse público, com maior sensibilidade para lidar com suas especificidades. Enfatizar a importância das práticas pedagógicas gestadas no âmbito dos movimentos sociais em uma política pública de educação profissional, na perspectiva da educação integral, justifica-se pela dimensão da dialogicidade como característica basilar da prática pedagógica, o que denota um grande desafio para as escolas regulares, sejam elas públicas ou privadas.¹⁸

Tendo o trabalho como princípio educativo, busca-se superar uma formação restrita à execução de uma ou mais tarefas a partir de uma formação ampla do/a trabalhador/a incorporando as dimensões sociais, culturais e econômicas da classe trabalhadora.

É a partir dessas referências que a Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha (ETHCI-CUT), em Florianópolis, vem desenvolvendo as experiências de educação profissional para trabalhadores e trabalhadoras e acompanhando os processos de mudanças com o uso das TICs, que têm seduzido parte da classe trabalhadora, a começar por jovens recém chegados ao mercado de trabalho, parcela esta da classe trabalhadora que iniciou sua atividade laboral num contexto em que o trabalho remoto já era uma realidade. Combinado a esse processo, as profundas mudanças na legislação trabalhista em nosso país provocaram um verdadeiro desmonte dos direitos trabalhistas, quase que sem resistência da massa de trabalhadores. Tal situação é agravada para os/as trabalhadores/as que têm pouca escolaridade e pouca fluência digital, pois uma qualificação profissional rápida acaba sendo percebida como promessa

REVISTA CIÊNCIAS DO TRABALHO Nº 28
NOVEMBRO DE 2025

18 PACHECO E. (Org.). Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio. Brasília: Moderna, 2012. p. 35.

de inserção no mundo do trabalho contemporâneo a partir da apropriação dos artefatos informacionais-digitais.

A expansão do uso das TICs, tanto na educação presencial quanto na não presencial, tem provocado novas reflexões sobre os desafios e possibilidades diante das mudanças nos perfis e expectativas dos/as trabalhadores/as influenciados pelas redes sociais. Nessa lógica e no ritmo das tecnologias digitais no mundo do trabalho, percebemos que os/as trabalhadores/as têm buscado cursos de qualificação com menor carga horária ou que tenham, ao menos, algumas aulas online para facilitar o não deslocamento até a escola, pois essa perspectiva é atraente em virtude da jornada de trabalho extensiva e da redução de custos com transporte e alimentação.

Cada vez mais dissemina-se um pragmatismo e utilitarismo tecnológico que impacta os conteúdos curriculares, cuja referência passa a ser o que é mais ou menos útil, mais ou menos eficaz ou pertinente para determinada tarefa ou atividade. Nesse caso, há um empobrecimento relativo aos conhecimentos historicamente acumulados exigidos para a compreensão mais ampla e crítica do mundo do trabalho.

Além disso, tem sido recorrente o discurso da qualificação profissional centrado no desenvolvimento das competências essenciais não técnicas em seu aspecto cognitivo/comportamental. A fragmentação entre o mundo virtual e o mundo real (material) vem produzindo um verdadeiro processo de desinformação e negação da ciência. As relações sociais são fortemente afetadas e a indiferença ou falta de curiosidade em relação aos temas que interferem no cotidiano do mundo do trabalho tem sido uma realidade que desafia a construção de processos educativos dialógicos, que promovam um salto “da curiosidade ingênua para a curiosidade epistemológica”, como diria Paulo Freire.

Armazena-se uma quantidade considerável de dados que falseia os acontecimentos e deforma nossa condição cognitiva de buscar conhecimento relevante, nos acometendo a uma entropia informacional. As informações são apenas aditivas e não narrativas, na verdade elas podem assumir um caráter deformativo por conta das estruturas ramificadas das mídias digitais que não apresentam um centro e não são capazes de eleger relevância.¹⁹

Como contraponto a essa lógica restrita de formação do/a trabalhador/a é preciso trabalhar os conhecimentos:

(...) na sua forma mais contemporânea, onde se pode compreender a realidade e a própria ciência na sua historicidade. Os processos de trabalho e as tecnolo-

19 PINTO, C. B. S.; CHEVITARESE, L. P. Digitalização e gamificação da vida: uma leitura crítica a partir de Byung-Chul Han. Disponível em: https://www.revistasisifo.com/2023/11/revista-sisifo_87.html. Acesso em 24 fev.2025. p. 59.

gias correspondem a momentos da evolução das forças materiais de produção (...) porque o trabalho pedagógico fecundo ocupa-se em evidenciar, juntamente com os conceitos, as razões, os problemas, as necessidades e as dúvidas que constituem o contexto da produção de um conhecimento.²⁰

É nessa perspectiva que a ETHCI/CUT vem realizando o desenvolvimento curricular a partir das trajetórias de vida dos sujeitos para captar os repertórios, saberes e realidades dos/as educandos/s para desencadear os percursos formativos de forma dialógica com os conhecimentos historicamente acumulados.

Sendo assim, no curso de gastronomia da ETHCI/CUT busca-se trabalhar os conhecimentos técnicos e científicos da área de forma integrada e contextualizada como o estudo da cozinha regional brasileira. São apreendidas as técnicas de cocção, cortes e ingredientes regionais usados nas receitas a partir da compreensão desta cozinha como resultante de um processo histórico em um país colonizado, marcado por desigualdades, conflitos de classe, discriminações e hierarquizações. Os educandos/as, ao relatarem sobre os lugares onde moraram, as comidas e bebidas características desses locais bem como ao socializarem suas experiências de trabalho e as suas receitas de família, constituem marcadores de identidade da classe trabalhadora. Com o compartilhamento de conhecimentos, podemos construir estratégias pedagógicas que busquem estimular a curiosidade, o trabalho coletivo e a solidariedade, em contraponto a uma perspectiva tecnicista e individualista. Ampliam-se, com isso, as possibilidades de desenvolvimento dos conteúdos específicos da gastronomia articulados a temas sociais relevantes como a segurança alimentar e nutricional, o direito humano à alimentação adequada, as mudanças climáticas e a cultura alimentar, as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores, as migrações forçadas e/ou necessárias que desempenham um papel vital na preservação da identidade cultural, dentre outros temas.

No caso da experiência de inclusão digital²¹, por meio dos cursos de informática, os repertórios de trabalho das trajetória de vida de cada educando/a são integrados aos conhecimentos específicos da informática para a organização de dados e informações, ao estímulo à leitura e escrita, à localização espacial, a pesquisas virtuais sobre as mudanças no mundo do trabalho, dentre outros temas de interesse social com a ampliação de referências de fontes de pesquisa confiáveis, visando combater as *fake news*. Tais atividades pedagógicas possibilitam a apropriação progressiva de aplicativos, ampliação da fluên-

20 RAMOS, M. N. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001. p. 120.

21 Vale destacar que ainda temos problemas com a conexão da Internet no país. A TIC Domicílios 2024 aponta que 29 milhões de indivíduos não são usuários da Internet. Destes, 22 milhões estudaram até o Ensino Fundamental, 17 milhões são negros/pardos e 16 milhões são das classes D e E. Do total dos que têm acesso à internet e acessam exclusivamente pelo celular, 81% têm Ensino Fundamental, mais da metade dessa população é preta e parda (56% preta, 66% parda) e 86% pertencem às classes D e E. A população sem acesso à internet ou com acesso exclusivamente pelo celular configura-se no perfil do público de EJA e de trabalhadores em situação precária de trabalho, público, este, majoritariamente atendido pela ETHCI/CUT.

cia digital e de novos conhecimentos. A tomada de consciência dos saberes prévios do grupo dá visibilidade à riqueza de experiências individuais que formam a identidade do coletivo enquanto classe trabalhadora. Não há separação entre o ato de ler, escrever e a fala pública com a apropriação das ferramentas da informática e da internet, mas o estímulo permanente de conhecimentos que permitam a leitura de mundo cada vez mais complexa. A questão das mudanças tecnológicas no trabalho e na vida em sociedade, a partir das trajetórias de vida do grupo, possibilita pensar inúmeras estratégias pedagógicas para conhecer melhor os anseios dos/as educandos/as. Possibilita, também, realizar mediações e problematizações a partir de situações concretas do mundo do trabalho trazidas pelos próprio educandos, por meio das quais podemos explorar os temas relativos às tecnologias digitais, à Inteligência Artificial (IA) e às mudanças nas relações sociais contemporâneas.

A partir da experiência educativa, é possível ter um diagnóstico rico de saberes, experiências e expectativas dos/as trabalhadores/as. Tal diagnóstico estimula a construção de estratégias pedagógicas que possibilitem uma formação mais significativa, com estímulos à curiosidade, para ampliação de conhecimentos a partir dos repertórios e necessidades dos/as educandos/as.

A partir das experiências citadas, temos como desafio a formação permanente dos/as educadores/as para o uso das tecnologias digitais, tendo em vista a necessidade de uma inserção crítica e intencional, utilizando as TICs nos processos de ensino-aprendizagem na perspectiva da educação integral e popular como contraponto às competências digitais. Dessa forma, educadores/as deixam de ser meros consumidores e reprodutores de propostas prontas e pré-formatadas no uso das TICs, inserindo-se de forma protagonista na ação-reflexão-ação acerca dos potenciais e contradições destes artefatos.

Outro grande desafio é trabalhar pedagogicamente numa perspectiva coletiva e com a participação mais ativa dos sujeitos (tanto educador/a quanto educandos/as) no atual contexto, pois

está em curso um processo de transformação digital, de descorporificação, de desestabilização temporal, desnarrativização e fragmentação da vida. Sem narrativa, que cria laços e nos une através de uma história comum, perdemos experiências que tornam a passagem do tempo mais significativa e trazem poder transformador para a sociedade.²²

Nesse cenário, buscamos concretizar a proposta de educação integral incorporando esses novos desafios, articulando os conteúdos técnicos com as realidades e saberes dos/as trabalhadores/as.

Inspirada na concepção gramsciana de formação omnilateral, a forma-

22 PINTO, C. B. S.; CHEVITARESE, L. P. Digitalização e gamificação da vida: uma leitura crítica a partir de Byung-Chul Han. Disponível em: https://www.revistasisifo.com/2023/11/revista-sisifo_87.html. Acesso em 24 fev.2025. p. 60.

ção praticada na ETHCI/CUT tem uma compreensão ampliada do trabalho, não apenas como meio de subsistência, mas como fonte de humanização, pois

A concepção de educação que tem por finalidade precípua e restrita a preparação das pessoas para um desempenho eficiente e eficaz no sistema produtivo é empobrecedora. A educação deve se voltar para a realização do ser humano em sua omnilateralidade. Ou seja, de acordo com este conceito formulado por Marx, o ser humano deve ser integralmente desenvolvido em suas potencialidades, por meio de um processo educacional que leve em consideração a formação científica, a política e a estética. Só assim o ato pedagógico pode ser emancipador e libertar os seres da espécie, seja da ignomínia da ignorância e da miséria, seja da estupidez da dominação.²³

Considerações finais

Diante das estratégias do capital, historicamente, os/as trabalhadores/as têm se organizado e buscado formas de resistência e de combate às relações de exploração e de dominação no modo de produção capitalista. A formação dos/as trabalhadores/as é um dos campos da luta contra hegemônica e de conscientização de classe.

Portanto, a concepção de educação integral na perspectiva da plena formação humana não dissocia a educação do trabalho no processo de (re) produção da existência da classe trabalhadora. Não faz sentido separar o ser social que vivencia os processos educacionais do ser social que trabalha.

A história do trabalho mostra uma prática do capital tentando equacionar o problema da qualificação e da competência como uma qualidade individual, manipulável para a disciplinação e o controle da maioria e a premiação de uma minoria... entretanto, a história do trabalho mostra, também, as permanentes pressões do movimento operário para impor limites a essa prática, alterando o uso individual da qualificação... O movimento operário vem tentando fazer da qualificação um elemento de unificação do coletivo operário... que faz parte de qualificações profissionais adquiridas e praticadas por coletivos de trabalhadores.²⁴

Dessa forma, a CUT como entidade representativa dos/as trabalhadores/as tem o papel de intervir na qualificação profissional para que os conhecimentos e as tecnologias digitais estejam a serviço dos interesses imediatos e

23 ROMÃO, J. E. O ensino médio e a omnilateralidade: educação profissional no século XXI. EccoS, São Paulo, n. 12, v. 1, p. 27-49, jan./jun. 2010. p. 33-34.

24 ARROYO, M. G. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos da formação humana. p.208. In: Silva, T. T. (Org.). Trabalho, educação e prática social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

históricos da classe trabalhadora.

Referências

ANTUNES, R. O privilégio da servidão: novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. (Org.). Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023.

ARROYO, M. G. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos da formação humana. In: Silva, T. T. (Org.). Trabalho, educação e prática social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Porto : Afrontamento, 1975.

FILGUEIRAS, V. A. É tudo novo de novo: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital. São Paulo: Boitempo, 2021.

OIT. Ajustar as competências e a aprendizagem ao longo da vida para o futuro do trabalho. Conferência Internacional do Trabalho, 109.^a Sessão, 2021. Disponível em: <https://www.poch.portugal2020.pt/pt-pt/Noticias/Paginas/noticia.aspx?nid=906>. Acesso em: 25 fev. 2025.

PACHECO, E. (Org.). Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio. Brasília: Moderna, 2012.

PINTO, C. B. S; CHEVITARESE, L. P. Digitalização e gamificação da vida: uma leitura crítica a partir de Byung-Chul Han. Revista Sísifo. n. 16, v. 1, jan./jun. 2023. Disponível em: https://www.revistasisifo.com/2023/11/revista-sisifo_87.html. Acesso em 24 fev. 2025.

RAMOS, M. N. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

RAMOS, M. N. A educação dos trabalhadores e a utopia da plena formação humana. São Paulo: CUT, 2001.

ROMÃO, J. E. O ensino médio e a omnilateralidade: educação profissional no século XXI. EccoS, São Paulo, n. 12, v. 1, p. 27-49, jan./jun. 2010.